



HABITAÇÃO, CIDADE, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO
Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono
2º CIHEL - LNEC - LISBOA - PORTUGAL - 13 A 15 MARÇO 2013

In Livro de Atas 2º CIHEL, p. 178 e CDrom (artigo com 10 pág.)

ENTRE AS FORMAS DE OCUPAÇÃO INFORMAL DA CIDADE E O (RE)PENSAR DAS PRÁTICAS DE URBANISMO: CONTRIBUTOS DE UMA ANTROPOLOGIA DO ESPAÇO

*Between the informal city occupancy and (re)thinking of urban planning practice: contributions of an
anthropology of space*

Marluci Menezes ¹



LNEC

Lisboa – Portugal

¹ Geógrafa, Doutora em Antropologia, Investigadora do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Chefe do Núcleo de Ecologia Social (NESO) do LNEC. Av. do Brasil n.º 101, 1700-066 – Lisboa, marluci@lneec.pt

Palavras-chave: informal, cinético, espacialidade, micro-processos sociais, antropologia do espaço

Resumo

Observar, descrever e analisar contextualmente os micro-processos sociais de adaptação, inovação e invenção de espacialidades e ambiências sociais cinéticas – que sucedem das experiências informais de ocupação do espaço urbano –, insinuam o papel que a antropologia do espaço pode ter como contributo para a (re)invenção das práticas de urbanismo. No sentido de enfatizar esta perspectiva de abordagem e análise, como campo empírico de reflexão considera-se alguns aspectos socio-espaciais observados em espacialidades e ambiências sociais constituídas em territórios “informais” da Cidade da Praia – Ilha de Santiago – e de Sal Rei – Ilha de Boa Vista, em Cabo Verde. Propõe-se discutir determinados aspectos das várias dimensões que constituem o campo da relação entre soluções técnicas de intervenção e modelos de ocupação social do espaço. O objetivo é identificar certas dinâmicas e aspectos socio-espaciais da cidade informal que, entretanto, possam nutrir o desenvolvimento de estudos – a explorar e aprofundar futuramente – ligados ao campo da antropologia do espaço.

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

No campo da (re)invenção das práticas de urbanismo, a cidade cinética – que sucede das experiências informais de ocupação do espaço urbano – introduz a inovação através de questões relacionadas com a adaptabilidade, a flexibilidade e a resistência, para além de um conjunto variado de outros aspectos que podem orientar o desenho urbano. Contudo, em si própria, a cidade cinética não deve ser tomada como instrumento de desenho urbano, mas antes “(...) como uma demanda das conceções de urbanismo, criando e facilitando

ambientes que sejam versáteis e flexíveis, robustos e ambíguos o suficiente para permitir a qualidade cinética da cidade florescer. Talvez a cidade cinética possa ser tomada como uma tática de abordagem a adotar no lidar com o urbanismo temporário ou de altas densidades e intensidades” [1]. Aqui a cidade informal é concebida como o resultado de uma paisagem urbana “em constante transformação – uma cidade em contínuo movimento, em que muito da sua fábrica física caracteriza-se por uma qualidade cinética” [1]. Uma cidade cuja compreensão dá-se sobretudo a partir dos modelos de ocupação dos seus espaços (enquanto espacialidades e ambiências sociais, em muito relacionadas com os espaços públicos e coletivos), valores e suportes de vida, do que propriamente pela arquitetura. Uma cidade cuja cinética da informalidade urbana diz respeito aos recursos e táticas sociais autóctones relacionados com uma estratégia de sobrevivência, em muito, ligada à uma estratégia de sustentabilidade.

Observar, descrever e analisar contextualmente os micro-processos sociais de adaptação, inovação e invenção de espacialidades e ambiências sociais cinéticas, insinuam o papel que a antropologia do espaço pode ter como contributo para a (re)invenção das práticas de urbanismo. No sentido de enfatizar esta perspetiva de abordagem e análise, como campo empírico de reflexão toma-se alguns aspectos socio-espaciais observados em espacialidades e ambiências sociais constituídas em territórios cinéticos (“informais”) da Cidade da Praia – Ilha de Santiago – e de Sal Rei – Ilha de Boa Vista. Os contextos urbanos aqui referidos foram visitados na sequência de um trabalho de cooperação técnico-científica entre o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e o Governo de Cabo Verde, onde integramos uma equipa interdisciplinar que explorou determinadas perspetivas metodológicas de apoio ao Ministério da Habitação, Descentralização e Ordenamento do Território (MHDOT). Todavia, a presente reflexão não visa especificar essa experiência de trabalho, nem detalhar a atualidade habitacional e urbana dos contextos referidos. Propõe-se sim, discutir determinados aspectos das várias dimensões que constituem o campo da relação entre soluções técnicas de intervenção e modelos de ocupação social do espaço. No âmbito de uma perspetiva de investigação-ação, o objetivo é identificar certas dinâmicas e aspectos socio-espaciais relacionados com a cidade cinética que, entretanto possam nutrir o desenvolvimento de estudos – a explorar e aprofundar futuramente – ligados ao campo da antropologia do espaço.

2. DO SENTIDO CINÉTICO DO HABITAR EM DETERMINADOS CONTEXTOS CABO-VERDIANOS: BREVES NOTAS

A questão habitacional ou melhor dizendo o problema da habitação é, em Cabo Verde, um assunto premente e que deve ser olhado à luz da questão urbana, já que intimamente associado à produção do espaço urbano [2, 3, 4, 5, 6, 7]. As dificuldades associadas à implementação de um eficaz sistema de planeamento urbano, o aumento das migrações rurais para os principais núcleos urbanos e o crescimento rápido e desordenado – onde se destaca o caso da Cidade da Praia – associado a um conjunto de fragilidades, em que é notória a falta de infraestruturas, evidenciam, assim, uma série de problemas relacionados com a “falta de ordenamento, à marginalidade urbanística e às desigualdades na ocupação do espaço” [7].

A partir dos anos 80 do século XX, a maior parte das habitações construídas foram casas unifamiliares e autoconstruídas em sistema evolutivo, com recurso as poupanças individuais ou familiares e, regra geral, edificadas em bairros espontâneos, onde sobretudo são mais evidentes os bairros situados nos arredores da Praia e do Mindelo, o que conseqüentemente acabou por gerar “o *grande* mercado informal da construção”¹. Os problemas suscitados por esta realidade habitacional deram, inclusivamente, lugar a estudos por parte do LNEC, de entre os quais se destaca a análise aprofundada sobre os “20 Anos de Cooperação Portuguesa com Cabo Verde em Habitação Popular” [8].

¹ A este modelo associa-se também a chamada “*construção por administração direta*, envolvendo a camada social mais elevada, solvente ao regime de crédito atual e que, moralmente produz habitação de estandarte relativamente elevado” [7].

O conjunto de precariedades e insuficiências a que, regra geral, caracteriza tais habitações “informais” – onde a sua fase mais consolidada caracteriza-se por uma construção em “alvenaria de pedra e bloco, com laje e betão” – resulta, como observado por Almeida [3], “numa definição e marcação dos caracteres urbanos”, onde do “aumento do número e dimensões de construções, surgem conflitos de alinhamentos, resultando assim num sucessivo agravamento de situações urbanísticas como por exemplo: progressiva redução das acessibilidades; redução das capacidades de drenagem das águas pluviais e de realização de infraestruturas básicas; e nalguns casos, aumento das situações de perigo de desmoronamento”, sendo essas situações sobretudo recorrentes na Cidade da Praia e do Mindelo. Assim, Medina Nascimento [4] ao descrever a Cidade da Praia observa que esta é “uma cidade cinzenta e de contrastes, que cresce a duas velocidades: por um lado, o crescimento formal lento e desajustado, instalado principalmente nos planaltos com localizações privilegiadas junto à orla marítima e, por outro, o crescimento informal rápido e descontrolado, instalado principalmente em áreas teoricamente inconstrutíveis” (ver Fig. 1).



Figura 1: Do sentido “espontâneo” de produção do espaço urbano na Praia – Ilha de Santiago

Relativamente à Ilha da Boa Vista, mais especificamente, à cidade de Sal Rei, o fenómeno da construção espontânea e “informal” tem uma expressão mais evidenciada nos últimos anos, estando em grande medida associado aos recentes investimentos feitos no setor turístico nacional (ver Fig. 2). Portanto, no âmbito deste investimento tem-se verificado o aumento do número de hotéis, implicando uma crescente demanda de trabalho na construção civil, atraindo mão-de-obra na própria ilha, bem como de outras ilhas e mesmo migrantes internacionais, sobretudo oriundos da costa ocidental de África. A deficiente oferta de alojamento, entre outras dificuldades, empurraram estes trabalhadores da construção civil para o setor informal da habitação, como dificultaram o acesso às rendas mais económicas, já que os preços das habitações ficaram inflacionados. As deficientes condições de habitabilidade e a localização inadequada destes bairros espontâneos, entretanto localizados na zona de expansão urbana da cidade colonial, reproduzem a informalidade que, em grande medida, se verifica em outros contextos urbanos do país.



Figura 2: Bairros espontâneos, Sal Rei – Ilha da Boa Vista

O poder público tem procurado atuar sobre o problema da habitação, vindo a acumular um conjunto de experiências, de entre as quais se destacam as iniciativas no âmbito da promoção de habitação económica, de custos controlados e social, incluindo ainda as situações de apoio à autoconstrução em sistema evolutivo [3, 7]. Mais bem-sucedidas nalguns casos, menos noutros, os problemas da habitação, contudo, agravam-se face o

acelerado crescimento urbano, sobretudo nas cidades da Praia e do Mindelo, e nas localidades que têm sido objeto de algum desenvolvimento económico [3, 4, 6, 7]².

Almeida [3] observa que em Cabo Verde a expansão do território urbano se tem desenvolvido a partir de dois modelos: o formal (considerado como aquele que está relacionado com os planos urbanísticos) e o informal ou espontâneo (considerado como aquele onde não há planeamento nem tão pouco licenciamento). Embora referindo-se mais em específico o caso da cidade do Mindelo, a autora ainda observa que o acelerado crescimento urbano das periferias tem conduzido as Câmaras Municipais a “expandir a sua intervenção para lá do previsto no PDM”, o que tem contribuído para promoção de atuações pontuais ou parciais no âmbito da “definição de novos lotes e de novas infraestruturas nessas áreas, o que tem vindo a complexificar o problema urbano, já que vem comprovar que esses assentamentos tidos como informais e clandestinos não resulta apenas de um mero resultado que deriva das migrações internas, muitas vezes, consideradas como os principais motores de desorganização do espaço urbano”. Observa-se, assim, que ainda que o solo seja propriedade das Câmaras Municipais, as intervenções municipais de reabilitação desses espaços, também não têm “apresentado a capacidade de promoção da integração social e espacial dessas áreas” [3] (ver Fig.3).

No que respeita as situações de realojamento social, observa-se uma tentativa de reprodução das lógicas de ordenamento espacial e social. No entanto, como também salienta Almeida [3], “uma vez que a qualidade do parque dos alojamentos sociais está inexoravelmente ligada à dos custos mínimos, e sendo na maioria das vezes, intervenções rápidas para fazer face ao crescimento acelerado das construções espontâneas, levantam-se questões sobre os efeitos que um projeto dessa natureza poderá surtir posteriormente na sua relação com o contexto da cidade, bem como o seu impacto na vida social dos residentes”.



Figura 3: Habitação social próxima de bairro espontâneo e de onde, ao longe (última imagem da direita), visualiza-se a construção de novos empreendimentos imobiliários, alguns vocacionados para o turismo, Sal Rei – Ilha da Boa Vista)

3. ESPAÇO, ESPACIALIDADE E INICIATIVA ESPACIAL DO HABITANTE

Muito do discurso e das imagens criadas sobre a cidade informal têm contribuído para a realização de intervenções urbanas onde: (i) a informalidade urbana é rejeitada – através da destruição e/ou da remoção de assentamentos informais sem a devida promoção da integração social e urbana, e da melhoria das condições de vida das populações envolvidas e que, conforme observado por Mehrotra [1], coloca-nos perante uma situação em que a *cidade estática* (da arquitetura) “aspira apagar” a *cidade cinética* através de uma recodificação que se inscreve na conceção de “ordem formal”; (ii) a informalidade urbana é romantizada e até estetizada e, muitas vezes, destituída do seu conteúdo socio-político e económico e que infere fatores ligados à violência quotidiana, à exclusão e à segregação socio-espacial [9]. De modo que Mehrotra [1] refere o interesse em pensar a cidade ‘cinética’ como uma “(...) articulação temporal e de ocupação do espaço que não só cria uma rica sensibilidade de ocupação espacial, sugerindo também que os seus limites espaciais se expandiram para incluir usos formalmente inimagináveis de densas condições urbanas”. Mas, como também nota o autor, é fundamental recuperar a aceção original de cidade informal no que se refere à questão dos desiguais modos com que os recursos urbanos são distribuídos, já que tal permite considerar a necessidade de expandir-se o

² Ao citar o relatório de Habitação Social, Almeida [3] salienta que o problema da habitação agrava-se por mais dois fatores: “a) o aumento dos custos de construção em cerca de 40% de 1998 a 2006; e b) o inflacionamento dos preços de habitações e terrenos, devido em parte ao crescimento do sector turístico, especialmente nas ilhas do Sal, Boavista, Maio e São Vicente”.

acesso às infraestruturas sociais e físicas que correspondem a uma “cultura da cidade num sentido mais lato”. Aqui o interesse em considerar as “táticas e as inovações que a população urbana, pobre e marginalizada” pode oferecer, ao invés de centrar a atenção numa mera intervenção de aprovisionamento de recursos, nomeadamente porque a cidade cinética tem a ver com a invenção de recursos autóctones que respeitam a uma “estratégia de sobrevivência – muitas vezes uma estratégia sustentável” [1].

Todavia, como referido na introdução, a cidade cinética que se constitui a partir de uma variedade de iniciativas informais, não deve ser tomada como modelo a ser reproduzido pelo desenho urbano, mas sim como fonte de inspiração desse mesmo desenho, assim, introduzindo a flexibilidade e uma possibilidade de adaptação continuada ao espaço. Notar, como salientado por Massey e Keynes [10], que o espaço é um produto de interrelações que se constituem desde as escalas globais às escalas mais locais, uma esfera de possibilidades para a presença da multiplicidade e da coexistência de diferentes e múltiplas trajetórias, significando com isto considerar que o espaço está sempre sendo (re)feito, não está finalizado – é aberto –, não é um produto cristalizado, mas sim em constante devir e em constante processo de mudança, o que confere uma certa dose de imprevisibilidade e incerteza [10], aspectos particularmente recorrentes no âmbito da ideia de cidade cinética defendida por Mehrotra [1]. É, portanto, nesta ótica, que interessa o estudo das formas sociais de ocupação do espaço, o que remete para a análise das espacialidades que cineticamente vão sendo criadas e que, na perspetiva de uma antropologia do espaço [11, 12, 13, 14], infere a importância de restituir a iniciativa do habitante relativamente ao espaço habitado³.

4. RESTITUINDO A INICIATIVA ESPACIAL DO HABITANTE

No sentido de explorar as potencialidades da adoção da antropologia do espaço como perspetiva de análise – a explorar e aprofundar – na compreensão dos processos de constituição de espacialidades cinéticas, julga-se importante encontrar caminhos que permitam captar e compreender as questões associadas à adaptabilidade, à flexibilidade, à resistência e à diversidade.

O trabalho “Architectes des favelas” de Drumond [15], publicado em 1981, propõe uma interessante perspetiva de estudo das dinâmicas construtivas evolutivas e das práticas coletivas do espaço na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, servindo-nos aqui de orientação introdutória aos aspectos que acreditam-se importantes analisar. Não se propõe adotar esta perspetiva de modo a adaptar o modelo adotado à presente reflexão, nem tão pouco descrever as técnicas e materiais associados à construção conforme relata o autor, mas apenas recorrer a sua proposta de classificação do processo de evolução das formas urbanas cinéticas, para seguidamente explanar sobre algumas espacialidades criadas relativamente aos contextos aqui comentados.

Portanto, sobre a evolução das formas urbanas, o autor [15] destaca três fases que correspondem a modos específicos de tratamento dos espaços privados e públicos, designadamente: (1) implantação dos abrigos precários; (2) transformação dos abrigos em barracas; (3) construção sólida. Na figura 4 indica-se uma possível leitura destas fases, nomeadamente: fase 1 – imagens 1, 2 e 3; fase 2 – imagens 4, 5 e 6; fase 3 – imagens 7, 8 e 9 (ver Fig. 4).

³ Para Segaud [13], existem determinadas operações universais – habitar, fundar, distribuir e transformar – relacionadas com o ato de habitar que contribuem para uma melhor perceção das dinâmicas que constituem a diversidade.



Figura 4: Diferentes momentos construtivos de um bairro espontâneo

Ao ter por referência estas distintas fases, um primeiro aspecto que chama a atenção é que na fase 1, quando ainda da implantação de abrigos precários, as espacialidades de cunho mais público que se vão criando, parecem sobretudo remeter para espaços de circulação ou de depósito de materiais – ex. materiais de construção a utilizar na ampliação e consolidação do abrigo, aliás um aspecto que se mantém nas fases seguintes, assim evocando uma lógica construtiva evolutiva (ver Fig. 5). Estas espacialidades não parecem ser particularmente expressivas relativamente a uma apropriação do espaço como contexto de sociabilidade, extensão de atividades de lazer e económicas, constituindo-se ainda como territórios expectantes ou de oportunidade para a passagem para as seguintes fases.



Figura 5: Implantação de abrigos e espacialidades criadas

A passagem de uma situação de abrigo para a de barraca não é repentina, é tênue (ver Fig. 6), mas permite destacar uma apropriação mais evidenciada do espaço, sobretudo na envolvente próxima da habitação. Pouco a pouco ganha mais visibilidade as iniciativas de demarcação de territórios: entre o espaço privado e o público (ex. através de muros, canteiros e bancos), entre atividades domésticas e atividades económicas alternativas e informais (ver Fig. 7).



Figura 6: O que vai ficando entre abrigos e barracas, e entre barracas



Figura 7: Espacialidades criadas na passagem de uma situação de abrigo à de barraca

Observa-se ainda que as espacialidades, a par de muitas manterem-se como espaços de circulação, passam a se evidenciar, cada vez mais, como contextos de sociabilidade e lazer, implantando novas funcionalidades no espaço e consolidando outras já implementadas (ver Fig. 8).

A construção sólida – relacionada com a fase 3 anteriormente referida – ganha, paulatinamente, uma maior expressividade e, curiosamente, observa-se que a cor passa, ainda que timidamente, a ser utilizada nas edificações (ver Fig. 9).



Figura 8: Da necessidade de abrigo à complexificação do espaço de habitar

As interrelações entre espaços criam espacialidades dinâmicas e híbridas, que nada têm de definitivo. Um espaço sobrando pode ser ponto de encontro de vizinhos, local de atividade económica (venda de alimentos ou roupas), zona de circulação, etc. Aqui, o que resulta como interessante compreender e captar não necessariamente é a forma urbana em si, mas a dinâmica social que confere sentido e significados às espacialidades, inferindo flexibilidade e uma capacidade contínua de adaptação para responder as necessidades.



Figura 9: Consolidando necessidades

5. COMENTÁRIOS FINAIS

De acordo com Almeida [3], em Cabo Verde a construção de habitações informais, espontâneas e/ou clandestinas identificam alguns outros aspectos sobre os quais também convém estar-se atento: é uma das formas mais eficientes de (auto)promoção de habitação, sobretudo junto dos extratos populacionais socio-economicamente insolventes, potencia o sistema de entreatajuda⁴; faz uso de técnicas e materiais que potenciam o recurso manual; desenvolve-se em paralelo com as necessidades e capacidades socio-económicas das populações, potenciando ainda a criação de créditos alternativos (através da promoção de grupos ou associações comunitárias), bem como a reprodução de espaços coletivos – como quintais e hortas (muitas vezes relacionado com um imaginário rural, já que grande parte destas populações são migrantes rurais) – o que contribui para uma ligação com o espaço de residência, bem como para “recuperar a segurança ontológica necessária à vivência num meio desconhecido, ao mesmo tempo que servem de complemento ao rendimento salarial dos habitantes”.

Almeida ainda observa que, face um problema habitacional intimamente relacionado com a produção do espaço urbano, observa-se a falta de projetos arquitetónicos e urbanísticos alternativos que sobretudo promovam a “discussão na exploração de novas metodologias e programas” [3]. Tendo presente as situações de bairros de realojamento na Cidade da Praia e do Mindelo, a autora salienta sobre determinados problemas de funcionalidade urbana: isolados ou afastados do centro; ineficiência ou falta de comunicação viária e de transportes públicos; falta de equipamentos públicos de apoio – tais como comércio, saúde, lazer, escolar – e deficiente acessibilidade aos mesmos; concentração de famílias financeiramente insolventes; casos de sobrelotação habitacional; falta de manutenção dos bairros; espaços exteriores e espaços públicos incompletos e abandonados; bairros com imagens públicas associadas ao perigo e à insegurança⁵. Citando Nuno Portas a autora comenta que “se os ditos *bairros de lata* ou *degradados* excluía pela precariedade dos abrigos, já os novos bairros de realojamento excluem pela precariedade da urbanização e da localização e menos de alojamentos” [3]. Surgem, então, novos problemas: insatisfação com a falta de flexibilidade dos espaços e com a dificuldade de acesso aos serviços e equipamentos; a racionalização do número de quartos e consequente

⁴ Embora reflita mais ao pormenor sobre a sociedade rural, Couto [16] observa que a entreatajuda, nomeadamente aquela que se desenvolve em “moldes auto-organizadores”, está intimamente relacionada com a capacidade de adaptação da sociedade cabo-verdeana à uma falta generalizada de recursos. O autor refere ainda que para melhor conhecer a dinâmica de uma sociedade que se (re)inventa gerindo recursos mínimos, importa considerar noções como incerteza, adaptabilidade e inovação.

⁵ Almeida [3], ao citar Manuela L. Morais (2003), observa ainda que um dos motivos que eventualmente explica o insucesso da promoção de habitação social e do realojamento, deriva do “facto do sucesso dos projetos ser medido em termos de quantidade de alojamentos construídos, ou do número de famílias realojadas”. Uma situação que, para a autora, é ainda mais agravada pela imagem de “subproduto social” associada à estas habitações, entretanto construídas sob a égide da racionalidade económica e da produção em série, sendo ainda pouco potenciadas como instrumentos de revalorização do meio.

coabitação reproduz, em certa medida, a situação anterior, não respondendo as expectativas das famílias ao nível de uma verdadeira melhoria de condições de habitabilidade; dificuldades na forma como as sociabilidades são geridas e para com a apropriação dos espaços coletivos, sobretudo as ruas, já que devido a monofuncionalidade e descontinuidade das mesmas, entre outros aspectos, estes espaços nem sempre contribuem para a ocorrência destas dinâmicas (entretanto, positivamente consideradas nos anteriores contextos residenciais informais) [3].

Numa das estadas da equipa do LNEC em Cabo Verde, designadamente na Cidade da Praia, em conversa informal com os técnicos da municipalidade, nos foi colocado um conjunto de questões, de entre as quais se destacam as seguintes: Como resolver o problema da habitação? Como enquadrar a necessária gestão quotidiana das questões urbanísticas, mediante uma organização funcional tradicional e que já não responde à conjuntura da realidade urbana local? Até que ponto os instrumentos urbanísticos existentes e até aqui usados apenas cumprem prerrogativas formais preestabelecidas? Não teriam estes instrumentos e procedimentos urbanísticos e de planeamento de serem também (re)inventados? Como podem melhorar as condições de vida urbana na cidade informal com a inexperiência que têm na criação de condições de habitabilidade e de segurança de edifícios auto-construídos ou informais? Como e por onde começar a intervir de forma planeada e minimamente sustentada? Subjacente a estas interrogações coloca-se a eventual necessidade de (re)pensar os modelos de gestão e planeamento urbanos, enfim, de (re)invenção de novas formas de abordagem dos problemas [17].

Como tem vindo a ser observado por Massey [18], mais do que nos retermos num debate que se posicione a partir de formas espaciais abstratas (ex. lugar fechado/espço aberto, lugar concreto/espço abstrato), tem interesse sobretudo considerar as relações que se constituem entre o que se coloca como aberto e fechado. Em síntese, de acordo com a autora, mais do que estar-se atento as formas abstratas, *a priori* estabelecidas, interessa considerar as questões de contexto e conteúdo. Como refere Segaud [13], fundamentalmente interessa abordar a “relação prioritária espaço e sociedade como um todo e a habitação como um fenómeno social total”. Para a autora, o ato de habitar é “essencial” e, como tal, demanda uma “arquitetura essencial”, de modo que a habitação social se coloca como o “campo de batalha da mudança”. Isto porque “através da habitação a arquitetura antecipa o habitante do futuro”, e a “arquitetura da habitação dá forma a vila” [13]. Assim, um dos aspectos que interessa explorar e aprofundar relativamente à reflexão aqui desenvolvida é, porquanto, o estudo dos micro-processos sociais de constituição e complexificação das espacialidades cinéticas. Aqui importa, a partir da perspectiva da antropologia do espaço, observar, descrever e analisar as dinâmicas de gestão de recursos mínimos, isto é, como a sociedade vai respondendo as necessidades quotidianas, procurando compreender em que medida as respostas cineticamente fornecidas podem inspirar uma “arquitetura essencial”.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] MEHROTA, Rahul – *Foreword*. In HERNÁNDEZ, Felipe *et al* (ed.), *Rethinking the Informal City – Critical Perspectives from Latin America*. New York / Oxford: Berghahn Books, 2010, p. xi-xiv.
- [2] GONÇALVES, António J. Fernandes – *Construção Espontânea na Cidade da Praia. O Caso do Bairro Safende*. Praia: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, 2007. [Consultado a 14 outubro 2012]. Disponível em <http://bdigital.cv.unipiaget.org:8080/jspui/bitstream/10964/208/1/Constru%C3%A7%C3%A3o%20espont%C3%A2nea%20na%20cidade%20da%20Praia.%20O%20caso%20do%20bairro%20Safende.pdf>
- [3] ALMEIDA, Betânia R. Timas – *Pensar e Construir Habitação: O Contexto do Realojamento Social na Cidade do Mindelo*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, 2009.
- [4] MEDINA DO NASCIMENTO, Judite – *As relações entre o crescimento urbano e os sistemas de gestão e de planificação da cidade da Praia em Cabo Verde*. 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, Cidade da Praia, 2009.
- [5] MEDINA DO NASCIMENTO, Judite E.; LOPES, Antero, E.; PIRES, Zuleica, S. – O Município da Praia: Governança e Desenvolvimento Urbano Sustentável. In Atas do XIV Encontro da Rede Lusó-Brasileira de Estudos Ambientais,

- Vulnerabilidade Socioambiental na África, Brasil e Portugal: dilemas e Desafios, Recife, 2011. [Consultado a 12 outubro 2012]. Disponível em <http://soac.bce.unb.br/index.php/ERLBEA/XIVERLBEA/paper/viewPDFInterstitial/1485/15>
- [6] SILVEIRA, Enoque Barbosa da – *Áreas Residenciais clandestinas na Cidade da Praia: Caso Latada e Achada Eugénio Lima Trás*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, Especialização em Ordenamento do Território e Urbanismo. Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa, 2011.
- [7] SILVEIRA, Enoque Barbosa da – *Problemática da Habitação e Produção do Espaço Urbano, na Cidade da Praia em Cabo Verde*. In Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife: UFPE/MSEU, v. 01, n.º 2 (2012) 22-41.
- [8] REIS CABRITA, António. *20 Anos de Cooperação Portuguesa com Cabo Verde em Habitação Popular*. Nota Técnica 7/98 – NA, Lisboa: LNEC, 1998.
- [9] DAVIS, Mike – *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006
- [10] MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton – *Filosofia Política da Espacialidade: Algumas Considerações*. Geographia, n.º 12, Niterói, RJ, UFF/EGG, 2004, p. 7-23.
- [11] LÉVY, Françoise P., SEGAUD, Marion – *Anthropologie de l'espace*. Paris : Centre Georges Pompidou, 1983.
- [12] SEGAUD, Marion – *Espace*. In (Stébé, Jean-Marc; Marchal, Hervé) *Traité sur la ville*. Presses Universitaire de France – PUF, 2009, p. 259-302.
- [13] SEGAUD, Marion – *Anthropologie de l'espace: Habiter, fonder, distribuer, transformer*. 2.ª ed. Paris: Armand Colin, 2010, 248p.
- [14] CHOAY, Françoise – *Pour une anthropologie de l'espace*. Paris: Seuil, 2006, 410p.
- [15] DRUMOND, Didier – *Achitectes des favelas*. Paris : Dunod, 1981, 112p.
- [16] COUTO, Carlos Ferreira – *Incerteza, Adaptabilidade e Inovação na Sociedade Rural da Ilha de Santiago de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010.
- [17] MENEZES, Marluci – *Entre Inovação e Norma na Informalidade da Periferia: Repensando a Intervenção Socio-Urbanística*. Atas da IX Reunião Antropologia do MERCOSUL (RAM), Curitiba, 2011 (http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/ram_GT13_Marluci_Menezes.pdf).
- [18] NETO, Nécio T. – (Resenha) Doreen Massey “*Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*”, Rio de Janeiro, Bertrand, 2008. In Revista Formação, n.º 15, vol. 1 (2011) 162-166.